

Arteris

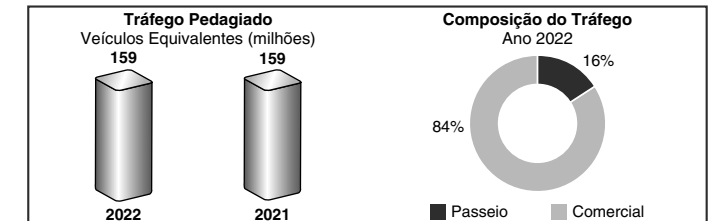
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

Relatório da Administração

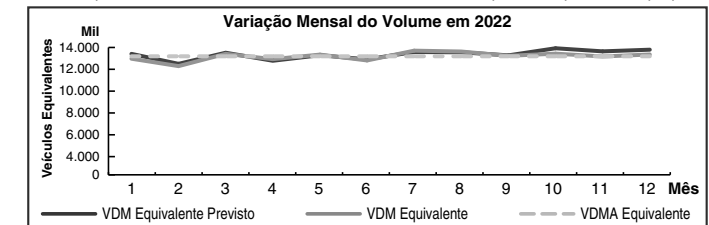
Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "Autopista Régis Bittencourt"). Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Introdução:** A Autopista Régis Bittencourt foi constituída em 2008, sendo que o contrato de concessão foi assinado com o Governo Federal em 14 de fevereiro de 2008. A Autopista Régis Bittencourt iniciou suas operações em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pelos 401,6 quilômetros da rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR), passando pelos municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapetininga, São Lourenço, Juruatuba, Miracatu, Juruá, Rengatu, Paricatu, Jacupiranga, Cajati e Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, e Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Antonina, Colombo e Curitiba, no Estado do Paraná, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público. O prazo de concessão é de 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 15 de fevereiro de 2033. Evolutiva a concessão retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **Recita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Régis Bittencourt são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Em fevereiro de 2022 a concessionária recebeu ofício com a 13ª Revisão Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio. A partir da zero hora do dia 20 de fevereiro de 2022, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$3,40 para R\$3,70 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros. Em 2022, o tráfego pedagiado totalizou 158,7 milhões de veículos equivalentes nas seis praças de pedágio, este volume de veículos pedagiados foi linear aos 158,7 milhões registrados em 2021.



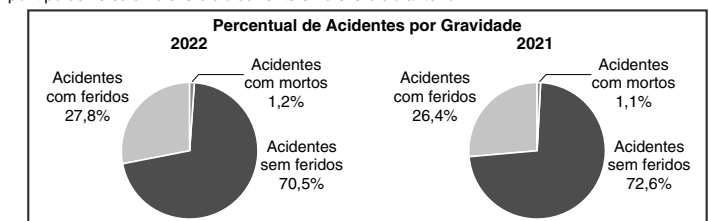
A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$760,6 milhões em 2022, composta por recita de pedágio, recita de obras e outras receitas acessórias, apresentando um aumento de 9,8% sobre o obtido em 2021 de R\$692,8 milhões. A recita de pedágio aumentou 9,2%, passando de R\$532 milhões em 2022 para R\$581 milhões em 2022. Esse acréscimo é devido ao ajuste de 8,8% da tarifa de pedágio. Já a recita de obras registrou um aumento de R\$17,7 milhões ou 11,7%, passando de R\$151,2 milhões em 2021 para R\$168,9 milhões em 2022. Esse acréscimo acompanha o volume de obras da Companhia. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, apresentaram um aumento de R\$1,1 milhão ou 11,3%, passando de R\$9,6 milhões em 2021 para R\$10,7 milhões no exercício de 2022. Este acréscimo é decorrente de reajustes através de IPCA nos contratos e novos contratos realizados em 2022. **Investimentos:** Durante o ano de 2022, foram investidos R\$185,3 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$157,5 milhões realizados em 2021, perfazem o montante de R\$342,8 milhões realizados nos últimos dois anos de implementação do plano de investimentos da Companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia, conforme apresentado abaixo:

	2022	2021	Var. %
Investimentos – em R\$ milhões	185,3	157,5	17,6%
Ampliação da Rodovia	7,9	7,4	6,7%
Construção de Viaduto	18,3	1,3	1310,3%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	72,2	78,1	-7,6%
Outros Investimentos	86,9	70,7	23,0%
Total	185,3	157,5	17,6%

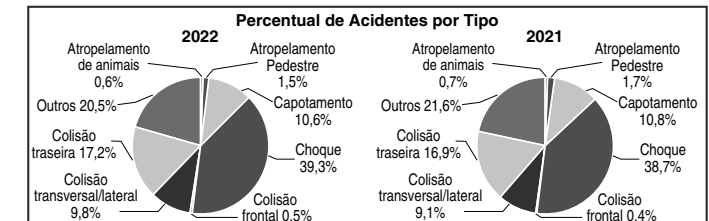
A Concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais e realizou outras melhorias na rodovia no ano de 2022, como a conclusão da implantação de trevo em desnível no km 332+000 da BR-116/SP, além de 13 pontos de sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SP). **Captações de Recursos:** Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária recebeu no exercício de 2019, um total de R\$1,7 bilhão oriundos de recursos captados através da 8ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações. As debêntures foram emitidas ao final de novembro, em duas séries, sendo a primeira totalizando R\$1 bilhão com vencimento final em junho de 2031, remunerada pelo IPCA + 4,5% a.a., já a segunda série totaliza R\$700 milhões e vencimento final em junho de 2027, remunerada pelo CDI + 0,86% a.a. **Valor Adicionado:** Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$230,5 milhões, representando 30% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 16,5% em relação a 2021, em que o valor adicionado foi de R\$197,8 milhões representando 29% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. **Política de Distribuição de Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Em 2022 e 2021 não houve constituição de dividendos, uma vez que a Concessionária não apresentou resultado positivo em ambos os exercícios. **Planejamento Empresarial:** O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. **Gestão pela Qualidade Total:** Em 2022, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Companhia. **Recursos Humanos:** Em 2022, a Concessionária investiu R\$96 mil (R\$125 mil em 2021) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. **Indicadores Operacionais: a) Caracterização do Tráfego: Volume:** Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



b) Segurança no Tráfego: Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



c) Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	11	2,73
Motos de inspeção	2	0,50
Guincho Leve	12	2,98
Guincho Pesado	7	1,74
Ambulância Simples	9	2,24
UTI	5	1,24
Balança Fixa	2	0,50
Caminhão Operacional	1	0,25
Caminhão Pipa	6	1,49
Total de veículos operacionais	56	13,66
Administração	43	10,68
Operação de Tráfego (Líderes e Supervisores)	11	2,73
Picape	3	0,75
Pedágio	2	0,50
Animal (carretinha)	4	0,99
Segurança de trabalho	3	0,75
Manutenção	8	1,99
Total de veículos de apoio	74	18,38
Total de veículos	129	32,04

Funcionários Aloçados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de funcionários aloçados na concessão	Quantidade	Qtde/100km
Cargo		
ANALISTA DE CCA-JR	6	0,14
ANALISTA DE TRAFEGO JR	1	0,02
ANALISTA DE TRAFEGO PL	1	0,02
ANALISTA OPERACIONAL PL	1	0,02
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	0,02
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	48	1,10
CONTROLADOR DE BALANCA I	3	0,07
ENFERMEIRO	32	0,74
INSPECTOR DE TRAFEGO	53	1,22
INSPECTOR DE TRAFEGO MOTOCICLISTA	3	0,07
MÉDICO	32	0,74
OPERADOR DE BALANCA	24	0,55
OPERADOR DE CCA	7	0,16
OPERADOR DE COO	25	0,57
OPERADOR DE GUINCHO	50	1,15
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	37	0,85
OPERADOR DE PIPA	24	0,55
SOCORRISTA	147	3,38
SUPERVISOR DE TRAFEGO	3	0,07
Total Tráfego	470	10,90
CONTROLADOR DE PEDAGIO	23	0,52
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	25	0,57
SUPERVISOR DE ARRECADACAO	2	0,05
Total Arrecadação	257	5,91
Total	731	16,81

d) Aspectos Financeiros: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Recita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Recita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à recita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Acessórias.

Recita (em R\$ mil)	Em 2022	Acumulada
Recita	760.616	8.222.556

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ mil)	Em 2022	Acumulada
Investimentos	185.263	3.910.197

Custos Operacionais (em R\$ mil)	Em 2022	Acumulada
Custos Operacionais	555.025	6.490.486

Os custos operacionais da Companhia totalizaram R\$555 milhões em 2022, ante R\$518,1 milhões em 2021, aumento de 7,1%. A maior parte desta variação refere-se a custos de serviços de construção, devido à realização de obras. Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$146,6 milhões em 2022, um aumento de 6,6% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$137,5 milhões. A variação refere-se ao aumento de terceiros devido aos reajustes contratuais e em custos de pessoal. A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R\$ mil)	Em 2022	Acumulada
ISS	35.470	358.098

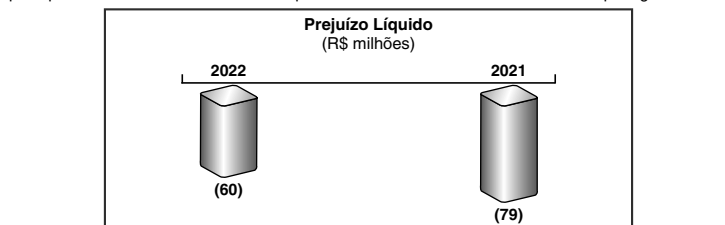
Ebitda e Ebitda Ajustado (em R\$ mil)	2022	2021	Var %
Ebitda	708.939	645.506	9,8%
Ebitda Ajustado	359.819	320.445	12,3%

RECITA OPERACIONAL LÍQUIDA
Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)
EBITDA¹
EBITDA Ajustado²
¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization); medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias. ² Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICP/C 01. A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Divida Bruta	2022	2021	Var %
Curto Prazo	(1.001.817)	(92.811)	8,6%
Longo Prazo	(1.768.933)	(1.794.698)	-1,4%

Posição de Caixa	2022	2021	Var %
Caixa e equivalentes de Caixa	8.323	10.064	-17,3%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	16.855	18.508	-8,9%
Divida Líquida	(1.844.572)	(1.858.937)	-0,8%

¹ Curto e Longo Prazo
A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, estão sendo captados recursos de longo prazo no Brasil, compatíveis com o empreendimento rodoviário. **Prejuízo Líquido:** A Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo líquido de R\$59,9 milhões, uma redução de R\$19 milhões frente aos R\$78,9 milhões registrados no exercício de 2021. Essa variação deriva principalmente do aumento da recita operacional reflexo do aumento da tarifa de pedágio.



Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 – São Lourenço da Serra	bidirecional	3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P2 – Miracatu		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P3 – Juruá		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P4 – Cajati		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P5 – Barra do Turvo		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P6 – Campina Grande do Sul		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85

Tabela – Rodovias		Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia		402,6 quilômetros
CAT-01		24.071.898
CAT-02		3.601.545
CAT-03		178.411
CAT-04		5.538.712
CAT-05		37.470
CAT-06		5.756.679
CAT-07		4.344.334
CAT-08		10.048.294
CAT-09		919.714
TOTAL		54.497.084

Descrição	VALOR DA TARIFA = 3,70		
	Eixos	Categorias	Tarifa Básica
Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	3,70
Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	7,40
Automóvel semi-reboque e Caminhonete semi-reboque	3	3	5,55
Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	11,10
Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	7,40
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4	6	14,80
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5	7	18,50
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6	8	22,20
Motocicleta, Motonetes, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	1,85

Mês	Média diária (em milhares)	
	Atendem	Não Atendem
Jan	418.181	
Fev	433.770	
Mar	435.494	
Abr	430.473	
Mai	432.696	
Jun	425.705	
Jul	446.771	
Ago	443.694	
Set	442.730	
Out	436.104	
Nov	440.267	
Dez	433.140	

Índice de congestionamento	Nível B	
	Atendem	Não Atendem
Administrativo		Pavimentação
Jurídico		Obras
Comunicação		Projetos
Responsabilidade Social		Manutenção Tecnológica
Meio Ambiente		Faixa de Domínio
Conservação		Segurança do Trabalho
Arrecadação		Tráfego
Centro de Controle Operacional		

Parâmetro	Ano 15	
	Atendem	Não Atendem
Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
Irregularidade Longitudinal	100%	0%

Parâmetro	Ano 15	
	Atendem	Não Atendem
Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
Irregularidade Longitudinal	100%	0%

Recita de pedágio	581.039	em R\$ mil
Custos associados às receitas de pedágio	51.677 <td>em R\$ mil</td>	em R\$ mil

Fator Trabalho	532
Número de Trabalhadores	532
Despesas de Pessoal	47.425

Fator Capital	Método Linear
Ativo Líquido	25.178
Ativo Bruto	2.703.773
Série Histórica dos Investimentos	3.910.197
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado

Fatores Intermediários		
Despesas em Administração	13.593	em R\$ mil
Despesas em Manutenção	2.086	em R\$ mil
Outras Despesas	-	em R\$ mil

Seguridade	Acidentes sem feridos	
	Quantidade	Valor
Quantidade de Acidentes	3.938	13.593
	1.568	2.086
	83	Acidentes com mortos

Indicadores	por KM	
	Recita por veículo ou KM	Custo por veículo ou KM
	1.894	1.382

Balanco Social		
1 – Base de cálculo	2022	2021
Faturamento Bruto	760.616	692.757
Receita líquida (RL)	708.939	645.506
Resultado operacional (RO)	-90.473	-118.941
Folha de pagamento bruta (FPB)	25.006	23.566
Folha de pagamento bruta – total remunerações	25.006	23.566
Folha		

Arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação do Relatório da Administração

fim de ampliar a efetividade das ações. Esse trabalho é reflexo do amadurecimento do Grupo Estratégico para Redução de Acidentes Rodoviários (GERAR), responsável pela gestão do Plano de Redução de Acidentes (PRA), cujas ações são realizadas por meio de três frentes: educação, com o Projeto Escola Viva Meio Ambiente e Programas Viva, operação, via parcerias em campanhas de fiscalização e engenharia, com investimentos em obras e manutenção. O Projeto Escola passou por um processo de atualização e adotou em 2022 o formato de educação híbrida. A base continua a mesma: estimular a educação para a humanização do trânsito e a vivência da sustentabilidade através da capacitação dos educadores e da distribuição de materiais pedagógicos. Nesse novo formato, os professores recebem um "cardápio pedagógico" com games, quiz, vídeos de animação, podcasts, entre outros, onde podem escolher quais experiências vão nortear o trabalho com os alunos. Ainda em 2022, o Projeto Escola recebeu o Prêmio Rodovias + Brasil, do Ministério da Infraestrutura, na categoria Ações Sociais em Concessões. Entregas como a conclusão da ponte sul sobre o Rio Camboriú, na concessionária Litoral Sul, e o início da obra da terceira faixa na concessionária Fernão Dias têm importante papel na busca pela redução de ocorrências, especialmente com o objetivo de segregar os veículos que utilizam a via para longos trajetos e os que percorrem curta distância, oferecendo alternativas para que estes últimos não precisem utilizar as vias principais. Só no trecho da ponte do Rio Camboriú, observou-se redução de mais de 50% nos acidentes em alguns meses de análise após a implantação. O compromisso de Arteris com agendas públicas, além da Década da ONU para a Segurança Viária, é representado também pela adesão a iniciativas como o Pacto Global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Programa na Mão Certa, por meio do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adoles-

centes nas Rodovias Brasileiras. Por meio do Programa de Integridade, a Arteris promove ações para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta ética. A certificação ISO 37001 para o sistema anticorrupção, conquistada em 2022, atesta a efetividade da gestão e dos processos da companhia, considerando o mapa de riscos e as medidas de mitigação e controle para os riscos relacionados principalmente à corrupção e exposição reputacional, pontos sensíveis recorrentes na seara da interface entre os agentes públicos e privados. Essa conquista se soma ao Selo Pró-Ética, entregue em 2021 pela Controladoria Geral da União (CGU), sendo a Arteris a única empresa do setor de concessão de rodovias a ser reconhecida, e reforça a sua atuação voltada para a manutenção de um ambiente de negócio ético e de confiança em relação com os stakeholders. Nessa linha, a Arteris vem investindo na reestruturação dos processos de suprimentos, incluindo a implantação de sistemas modernos com foco na qualidade, transparência e gestão do relacionamento com fornecedores e parceiros, em alinhamento com os parâmetros ESG. Manter um ambiente de trabalho seguro também é um compromisso renovado a cada dia, com ações voltadas à promoção da cultura de segurança entre colaboradores e terceiros e à melhoria contínua das condições de trabalho. A criação do CCSO (Centro de Controle de Segurança e Operação), função agregada ao CCO (Centro de Controle Operacional) reforça o olhar para a segurança do trabalho. Este projeto representa uma inovação com a disponibilidade de observação remota e estimativas das condições de segurança dos trabalhadores por meio de câmeras, tornando possível chegar a várias frentes de serviço de maneira rápida e segura. A segurança cibernética também foi alvo de investimento em 2022, com a proteção das informações no espaço cibernético. A Arteris tem trabalhado com tecnologias de ponta, parceiros de negócios e os principais fornece-

dores de Tecnologia e Segurança de Informação para aumento da maturidade e melhoria nos seus processos. Aspecto desafiador para muitas empresas e que vem ganhando mais foco com a Agenda ESG é a pauta da diversidade, equidade e inclusão. Ações estruturais do Programa de Diversidade Arteris como a realização de um censo para mapear o perfil do público interno com a participação de 80% dos colaboradores, proporcionou a definição dos pilares de atuação, voltados para gênero, raça, LGBTQI+, pessoas com deficiência e gerações, e suas lideranças responsáveis, preparando o caminho para a implantação das iniciativas que integrarão essa agenda nos próximos anos, sustentadas pela norma de diversidade da companhia, lançada em 2022. Pautada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas, a Arteris segue na execução da Agenda ESG em 2023, sem perder a visão de futuro, na certeza de que seus resultados contribuem para a geração de valor compartilhado. **b) Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. **Agradecimentos:** A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financeiros e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários pelo empenho e dedicação dispensados.

Registro, 16 de fevereiro de 2023.
A Administração.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.323	10.064	Empréstimos		2	2
Aplicações financeiras	5	3.382	3.798	Debêntures	12	100.815	85.955
Contas a receber	6	37.092	33.408	Risco sacado		–	6.854
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	15	–	5	Fornecedores	13	26.149	14.531
Despesas antecipadas		2.688	1.848	Arrendamento mercantil a pagar	14	10.569	5.345
Impostos a recuperar		1.730	2.215	Obrigações sociais		4.917	4.893
Adiantamentos a fornecedor		12	1	Obrigações fiscais		6.533	5.203
Aplicações financeiras vinculadas	8	13.473	14.710	Contas a pagar – partes relacionadas	15	6.793	8.174
Outros créditos		1.173	537	Cauções contratuais	13	8.649	15.248
Total dos ativos circulantes		67.873	66.586	Taxa de fiscalização		1.609	1.460
Não Circulante				Provisão para manutenção em rodovias	17.b	16.648	28.028
Despesas antecipadas		3.393	3.683	Provisão para investimentos em rodovias	17.c	1.399	1.399
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	141.101	110.546	Outras contas a pagar		8.646	15.475
Depósitos judiciais	17	657	847	Total dos passivos circulantes		192.729	192.567
Outras contas a receber	6	4.764	3.937	Não Circulante			
Realizável a longo prazo		149.915	119.013	Debêntures	12	1.768.933	1.794.698
Direito de uso	9	21.486	18.432	Arrendamento mercantil a pagar	14	12.073	13.876
Imobilizado	10	3.625	3.227	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17.a	6.470	5.666
Intangível	11	2.385.657	2.466.380	Provisão para manutenção em rodovias	17.b	37.136	29.711
Infraestrutura em construção	11	75.217	46.230	Total dos passivos não circulantes		1.824.612	1.843.951
		2.485.985	2.534.269	Patrimônio Líquido			
				Capital social	18	955.785	892.785
				Prejuízos acumulados		(269.353)	(209.435)
				Total do patrimônio líquido		686.432	683.350
Total dos ativos não circulantes		2.635.900	2.653.282	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.703.773	2.719.868
Total do Ativo		2.703.773	2.719.868				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Subscrito	A integralizar	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		970.785	(13.500)	957.285	(130.524)	826.761
Prejuízo do exercício		–	–	–	(78.911)	(78.911)
Aumento (Redução) de capital		(78.000)	13.500	(64.500)	–	(64.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		892.785	–	892.785	(209.435)	683.350
Prejuízo do exercício		–	–	–	(59.918)	(59.918)
Aumento de capital	18	86.000	(23.000)	63.000	–	63.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022		978.785	(23.000)	955.785	(269.353)	686.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais – R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício		(59.918)	(78.911)	Obrigações sociais	24	(481)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:				Obrigações fiscais	5.042	(1.210)
Depreciações e amortizações		236.106	221.227	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17.a	(4.727)
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis líquidos		12	5	Taxa de fiscalização		149
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(30.555)	(40.030)	Custo de transação – empréstimo		6.776
Baixa de ativos por direito de uso		–	(63)	Pagamento de juros	12	(143.186)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(5.646)	(12)	Outras contas a pagar		(6.829)
Juros e variações monetárias de debêntures	21	207.500	208.282	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		248.727
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	21	5.230	5.112	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios		5.092	2.602	Aquisições de itens do ativo imobilizado	22	(1.432)
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17.a	439	66	Aplicações de itens do intangível	22	(216.069)
Constituição de provisão para manutenção	17.b	33.593	36.348	Aplicação financeira vinculada		(189.251)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				Valor resgatado das aplicações vinculadas		194.795
Contas a receber		(4.511)	(3.301)	Aplicação financeira		416
Contas a receber – partes relacionadas		5	790	Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento		(211.571)
Despesas antecipadas		(550)	468	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Impostos a recuperar		1.854	(636)	Empréstimos e financiamentos:		
Outros créditos		(636)	257	Captação risco sacado		19.391
Depósitos judiciais		190	127	Pagamento risco sacado		(26.290)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				Pagamento arrendamento mercantil	14	(7.766)
Fornecedores		4.903	(12.417)	Pagamentos debêntures – principal	12	(87.232)
Contas a pagar – partes relacionadas		(631)	3.085	Aumento de capital	18	63.000
Cauções contratuais de fornecedores		(999)	(1.018)	Devolução de capital social	18	–
				Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		(38.897)
				Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.741)
				Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		10.064
				Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		8.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora é "holding" é a Arteris S.A. ("Arteris"). A Arteris S.A. ("Controladora") é constituída por um mix de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a holding não financeira espanhola Participes em Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a holding brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controlador é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. A Arteris S.A. é uma Sociedade brasileira holding não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"), a Autopista Régis Bittencourt S.A. tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. **2. Concessão** – A Sociedade está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-116/km 542-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30,5 km de duplicação de rodovia • 30 km de terceira faixa • 55 km de vias laterais • 26,4 km de vias de acesso • Construção de 11 passarelas • Construção de 6 praças de pedágio • Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais – BSO's • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o equilíbrio do contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitíssimas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de concessão de rodovia, os valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisadas. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segredadas levando-se em consideração o que segue: (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional aquela prevista originalmente. (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17. No ano de 2022 a Sociedade informa que está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta – "TAC", a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes. A Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Administração da Sociedade segue avaliando esse tema. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema. **3. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis – Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas

utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujo benefício econômico estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (i) **Implantação e manutenção do contrato de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPD 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17. **Determinação da mensuração contábil:** Os ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão da Sociedade reconhecem os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão. (ii) **Estimativas:** Determinação das receitas de construção: De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Compliance* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou reconstrução da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. **Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios:** A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórias e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 17. **Imposto diferido:** O imposto sobre a renda e contribuição social diferido dos ativos não reconhecidos para fins dos prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. **4. Principais Práticas Contábeis** – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **4.1. Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1. Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto o prejuízo por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Recosta Operacional Líquida			
19	708.939	645.506	
Custo dos Serviços Prestados			
20	(555.025)	(518.149)	
Lucro Bruto (Despesas) Receitas Operacionais			
	153.914	127.357	
Gerais e administrativas	20	(33.572)	(29.353)
Outras receitas operacionais, líquidas		3.371	1.214
	(30.201)	(28.139)	
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		123.713	99.218
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	21	7.850	5.108
Despesas financeiras	21	(222.039)	(223.231)
Variação cambial, líquida	21	3	(36)
	(214.186)	(218.159)	
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social			
		(90.473)	(118.941)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	7	30.555	40.030
	(59.918)	(78.911)	
Prejuízo do Exercício			
Prejuízo por Ação Básico e Diluído – R\$		23	(0,1200)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo:** A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (contábilmente R\$50), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com o registro interno de direitos de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para recuperação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflete, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos custos de manutenção e ao custo da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Impostos correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: **Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil:** Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). **Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Provisão para investimentos:** Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimadas para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **Provisão para manutenção:** Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. **Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios:** A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. Não há impactos para as seguintes normas novas e alterações nas demonstrações contábeis: (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); (b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC26); (c) Contratos de Seguros; (d) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); (e) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC23). Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.**

5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5.845	3.542
Caixa e contas bancárias	2.478	6.522
Aplicações financeiras*	8.323	10.064
Total	16.646	20.128

Aplicações financeiras**

	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de investimentos**	3.382	3.798
Total	3.382	3.798

* Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,93% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,2% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conservativos em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio do resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber – Estão representadas por:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico a receber	33.105	28.817
Cupons de pedágio a receber	1.399	1.387
Cartões de pedágio a receber	195	193
Receitas acessórias a receber (a)	2.334	3.009
Outras receitas a receber	59	2
Total	37.092	33.408

(a) Receitas acessórias referentes ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

Cronograma de recebimento:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	36.932	4.764	32.990	3.937
Créditos vencidos até 60 dias	33	–	418	–
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	49	–	–	–
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	67	–	–	–
Créditos vencidos há mais de 180 dias	–	–	–	–
Total	37.092	4.764	33.408	3.937

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A conciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(90.473)	(118.941)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	30.761	40.440
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(206)	(410)
Total	30.555	40.030
Imposto Contabilizado	30.555	40.030
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	30.555	40.030
Total	30.555	40.030
	(34%)	(34%)

Alíquota efetiva de impostos

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	527.728	452.903
Provisão de participação nos lucros	1.488	1.625
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	5.666	6.666
Outras provisões	2.440	2.125
Provisão para manutenção de rodovias	53.784	57.739
Amortização acumulada de obras futuras	602	516
Arrendamentos	1.157	788
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (c)	–	–
Retorno de capitalização de juros	34	34
Amortização estorno de capitalização de juros	(15)	(13)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	593.688	521.383
Alíquota nominal	34%	34%
Total	201.854	177.270

9. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2021	18.167	3.803	765	613	639	–	23.987
Remensuração	1.053	247	478	(1.076)	2.410	–	3.112
Adições	–	–	–	7.563	–	–	7.563
Baixas	–	–	(547)	(580)	–	–	(1.127)
Saldo em 31/12/2022	19.220	4.050	696	6.520	3.049	–	33.535
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(3.980)	(108)	(618)	(507)	(342)	–	(5.555)
Amortização	(3.800)	(1.326)	(163)	(1.999)	(333)	–	(7.621)
Baixa	–	–	547	580	–	–	1.127
Saldo em 31/12/2022	(7.780)	(1.434)	(234)	(1.926)	(675)	–	(12.049)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2021	14.187	3.695	147	106	297	–	18.432
Saldo em 31/12/2022	11.440	2.616	462	4.594	2.374	–	21.486
Taxas de amortização – a.a.	20%	34%	50%	89%	21%	0%	–
Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total	
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2020	16.873	3.448	735	591	34	435	22.116
Remensuração	1.312	54	30	22	33	–	1.451
Adições	(18)	3.826	–	–	300	–	4.188
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	435	(435)	–
Baixas	–	(3.525)	–	–	(243)	–	(3.768)
Saldo em 31/12/2021	18.167	3.803	765	613	639	–	23.987
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2020	(563)	(2.365)	(200)	(125)	(26)	(405)	(3.684)
Amortização	(3.480)	(1.268)	(418)	(382)	(154)	–	(5.702)
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	(405)	405	–
Baixa	63	3.525	–	–	243	–	3.831
Saldo em 31/12/2021	(3.980)	(108)	(618)	(507)	(342)	–	(5.555)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2020	16.310	1.083	535	466	8	30	18.432
Saldo em 31/12/2021	14.187	3.695	147	106	297	–	18.432
Taxas de amortização – a.a.	20%	33%	55%	63%	37%	0%	–

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se a veículos administrativos. (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais. (e) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

10. Imobilizado – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2021	1.038	2.564	611	1.175	4.483	108	9.979
Adições	171	788	471	–	–	2	1.432
Transferências/reclassificações	–	109	–	2	(1)	(110)	–
Saldo em 31/12/2022	1.209	3.461	1.082	1.177	4.482	–	11.411
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(884)	(1.734)	(558)	(824)	(2.752)	–	(6.752)
Depreciações	(42)	(423)	(123)	(118)	(328)	–	(1.034)
Saldo em 31/12/2022	(926)	(2.157)	(681)	(942)	(3.080)	–	(7.786)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2021	154	830	53	351	1.731	108	3.227
Saldo em 31/12/2022	283	1.304	401	235	1.402	–	3.625
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	–	–
Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total	
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2020	1.043	2.474	611	1.175	4.491	–	9.794
Adições	–	90	–	–	–	108	198
Alienações/baixas	(5)	–	–	–	(8)	–	(13)
Saldo em 31/12/2021	1.038	2.564	611	1.175	4.483	108	9.979
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2020	(442)	(1.393)	(438)	(708)	(2.386)	–	(5.967)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Régis Bittencourt S.A. Registro-SP
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.3.2 e 11 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade mantém o ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*); (i) se a estimativa do valor em uso das UGCs foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo líquido no montante de R\$ 141.101 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados a elaboração do fluxo de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*); (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração; (v) se os resultados dos fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente; e (vi) da confiabilidade e relevância dos dados utilizados no cálculo do valor em uso. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 16 de fevereiro de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2 SP-027666/F

Gustavo de Souza Mathiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8